



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 073/074

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democrata

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

S U M Á R I O S

DIÁRIO Nº 073

68ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Indicações	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei	04
Pequeno Expediente:	
Dep. Jocelito Canto	05
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV	
Dep. Pastor Edson Praczyk	06
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	06
Liderança do PMDB	
Dep. Artagão Júnior	07
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	09
Discussão/Votação	
Redação Final	11
3ª Discussão	12
2ª Discussão	12
1ª Discussão	12
Encerramento da Sessão	13

DIÁRIO Nº 074

5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	15
Presenças.....	15
Abertura da Sessão	15
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
Redação Final	16
2ª Discussão	17
1ª Discussão	18
Encerramento da Sessão	19
Publicações	
Diretoria Geral	
Portarias	19
Atas de Comissões	
Direitos Humanos e Cidadania ..	21
Redação	22

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 073

68ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão03

Expediente:

Indicações04

Requerimentos04

Projetos de Lei.....04

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto05

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 06

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 06

Liderança do PMDB

Dep. Artagão Júnior 07

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 09

Discussão/Votação

Redação Final..... 11

3ª Discussão 12

2ª Discussão 12

1ª Discussão 12

Encerramento da Sessão 13

DIÁRIO Nº 073

68ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2007

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Elio Rusch, Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli

Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (26).

Ausentes os Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Reni Pereira, Rui Hara e Valdir Rossoni (27).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Indicações**

INDICAÇÃO Nº 185/07

SÚMULA:

Sugere ao Poder Executivo criação do Programa para Reabilitação de Jovens.

Ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Osmar Bertoldi dirige-se ao Sr. Governador, para expor e propor o seguinte:

1) Sugerir a criação de pequenos presídios para reabilitação dos jovens infratores, bem como determinar atividades em período integral para estes jovens, sendo que meio período para aulas e o restante para trabalho voluntário.

2) A presente indicação tem como objetivo orientar e corrigir jovens infratores, procedentes de um meio criminal, podendo assim reintegrar este jovem ao convívio social. Esta Casa de Leis, através desta criação, possibilita a esses jovens uma formação sócio-educativa e de ter acesso a informações que o habilitem a exercer sua cidadania de forma plena.

Sala das Sessões, em 28.06.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para informar a esta presidência, com a urgência que se faz necessária, que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, indica para compor como membros titulares da Comissão Especial de Investigação sobre os investimentos do Governo em publicidade e propaganda nos exercícios de 2005 e 2006, os seguintes Deputados: Luiz Claudio Romanelli e Dobrandino da Silva.

É oportuno o ensejo para renovarmos as nossas homenagens de respeito e consideração.

Sala das Sessões, em 28.06.07.

(a) WALDYR PUGLISEI

INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

Através do presente apresento a V. Exa. a indicação do membro da Bancada Democratas que irá compor a Comissão Especial de Investigação - CEI do Pedágio.

Titular: Deputado Estadual Plauto Miró.

Suplente: Deputado Estadual Durval Amaral.

Atensiosamente.

Sala das Sessões, em 28.06.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

Através do presente apresento a V. Exa. a indicação do membro da Bancada Democratas que irá compor a Comissão Especial de Investigação - CEI para averiguar os gastos com publicidade e propaganda no estado do Paraná.

Titular: Deputado Estadual Plauto Miró.

Suplente: Deputado Estadual Durval Amaral.

Atensiosamente.

Sala das Sessões, em 28.06.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 1887

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Extraordinária logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 28.06.07.

(a) ALEXANDRE CURI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 471/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As mensagens da publicidade de atos, programas, serviços e campanhas das administrações direta, indireta e fundacional dos estados, veiculadas na televisão, terão tradução simultânea para a linguagem de sinais e serão apresentadas em legendas para os portadores de deficiência auditiva.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A cidadania é direito de todos os brasileiros, assegurado pela Constituição Federal. Não se concebe, portanto, que nenhum segmento da população possa deixar de exercê-lo em seu plenitude. Mas, apesar da inequívoca garantia constitucional, alguns segmentos populacionais, como os portadores de deficiência auditiva, não têm como exercer esse direito integralmente. Um dos obstáculos a esse exercício é a falta de informação, pois as mensagens veiculadas pela televisão, inclusive aquelas produzidas sob a responsabilidade do Poder Público, continuam inacessíveis aos portadores de deficiência auditiva.

Este projeto de lei, ao determinar a tradução das mensagens publicitárias para a linguagem de sinais e para o sistema de legenda (para o deficiente auditivo que não é familiarizado com a linguagem), desfaz essa inacessibilidade e quebra a barreira existente entre a esfera pública e os deficientes auditivos.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 472/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica facultado ao servidor público estadual, ausentar-se no dia de seu aniversário.

Art. 2º Incluem-se no mesmo benefício mencionado no artigo anterior os servidores das universidades estaduais.

Art. 3º Quando o aniversário cair em final de semana ou em feriado, o dia de folga poderá ser escolhido dentro do mesmo mês da comemoração.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa prestar uma justa homenagem a todos os servidores públicos estaduais do nosso estado.

Conceder 1 dia de descanso, para a comemoração de seu aniversário, terá peso pequeno para os cofres públicos, mas permitirá que o servidor ou servidora possa celebrar seu aniversário junto com a família e amigos próximos.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passo a palavra, no horário do Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero saudar a imprensa aqui presente, é claro que quase sem número de quórum da imprensa, mas registrar a presença dos abnegados da imprensa neste momento.

Mas, Sr. Presidente, vou usar o Pequeno Expediente para fazer uma questão de ordem a V. Exa., e como o senhor tem sido sempre muito atento às questões de ordem, eu queria sugerir hoje, ontem eu aprovei 2 requeri-

mentos nesta Casa, 3 requerimentos melhor dizendo, e esses requerimentos têm um trâmite legal para ser levado até o Tribunal de Contas. Mas, como segunda-feira nós temos aqui uma Sessão Especial de prestação de contas já atrasada do quadrimestre de 2007, queria solicitar a V. Exa. que esta Casa, através da sua direção, fizesse com que esses 3 requerimentos meus chegassem até o Tribunal de Contas ainda hoje, para que o Tribunal pudesse nos informar até amanhã; para que na segunda-feira, Sr. Presidente, eu possa questionar aqui os membros do Governo que a esta Casa virão sobre esse dados e esses números que eu estou pedindo ao Tribunal de Contas para nos auxiliar.

É bom dizer, Sr. Presidente, que isso não é nenhum precedente. Primeiro, o Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, o Presidente Nestor Baptista, esteve aqui e disse que está à disposição dos Deputados. Disse ainda que os Deputados devem usar do Tribunal para auxiliar quando houver necessidade, e neste momento eu vejo uma grande necessidade de auxílio desse órgão auxiliar da Assembléia, para nos ajudar, segunda-feira, para não faltarmos com o princípio primeiro do Legislativo que é de fiscalizar. Por isso, Sr. Presidente, solicito de V. Exa. o nosso 1º Secretário, Alexandre Curi, que encaminhe, como aquilo que nós chamamos the flash, vão hoje e cheguem amanhã esse pedidos.

Sabemos, Deputado Alexandre Curi, que nosso Conselheiro Guimarães, carinhosamente chamado de Fernando Guimarães, recentemente mandou um pedido de informação a esta Casa e em menos de 24 horas, quando há interesse do Tribunal de Contas o Tribunal responde uma matéria a esta Casa em menos de 24 horas. Então, Presidente Zucchinho, estou solicitando a V. Exa. que o Tribunal também auxilie, afinal o Tribunal completou 60 anos, nós prestamos uma homenagem ao Tribunal aqui, e o Presidente do Tribunal se colocou à disposição para auxiliar esta Casa quando houvesse necessidade.

Registro nos Anais desta Casa, neste dia, nesta hora, às 10h10, nesta Sessão de quinta-feira, fiz este pedido para que eles nos auxiliem, porque temos algumas dúvidas, como essas referentes a alguns pedidos que o próprio Tribunal está fazendo alguns questionamentos. E solicito a V. Exa. nesta minha participação no Pequeno Expediente, que esta presidência encaminhe ainda hoje ao Presidente do Tribunal que nos responda, baseado naquilo que ele disse aqui, que os Deputados podem usar o Tribunal de Contas. Estou precisando usar os trabalhos do Tribunal de Contas neste momento, para que eu possa, segunda-feira, estar com os documentos na mão para indagar o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná.

Era isso que eu queria deixar registrado, contando com a sua rapidez, Sr. Presidente, para mandar esses documentos ao Tribunal de Contas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito, respondendo à questão de ordem de V. Exa., nós vamos solicitar à assessoria da

Mesa que providencie para que o requerimento aprovado ontem por este Plenário, possa ser encaminhado, conforme solicita V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para registrar a presença do Vereador Luiz Fernandes Gomes, de Terra Rocha, que está visitando a Assembléia hoje e prestigiando esta Sessão.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado pelo ilustre Deputado Elio Rusch. Obrigado pela presença!

Horário das Lideranças. Consulto o PTB; PDT; Bloco PPS/PMN; Bloco PSB/PL/PRB/PV; Democratas.

(Declinam)

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Presidente, os Democratas querem registrar a presença dos 4 Deputados Democratas que sempre participam da Plenária desta quinta-feira de manhã, às 10h.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A Mesa parabeniza a bancada de V. Exa.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, apesar de ter passado o horário do bloco em si, gostaria de utilizar apenas alguns minutos.

(Assentimento)

Apenas para fazer um registro, uma observação sobre uma das matérias de hoje de um dos principais jornais do nosso estado - a Gazeta do Povo - que fez menção da denúncia com relação àquela dúvida que ficou da prestação de contas do nosso estado. Foi dito que a denúncia foi oriunda da Oposição do Governo, o que não é verdade. A denúncia originou-se do bloco suprapartidário, assim prefiro chamá-lo, ao invés de partido ou bloco independente, mas especificamente da pessoa do Deputado Reni Pereira, que é uma extraordinária pessoa no que diz respeito a conhecimento técnico na área.

Então, quero deixar só esse registro para que fique nas notas taquigráficas da Casa.

Muito Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Registre-se a preocupação do Deputado Pastor Edson para que as notas taquigráficas possam, obviamente, colocar essa posição porque, efetivamente, o Deputado Reni pertence ao Bloco PSB/PL/PRB/PV.

Consulto a Liderança do PT; PSDB.

(Declinam)

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

PT ou PP?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PP. A Deputada Cida Borghetti estava inscrita e abriu mão da palavra. V. Exa. quer fazer uso da palavra?

(Assentimento)

Deputado Antonio Belinati com a palavra.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Augustinho Zucchi.

Em breves palavras, queremos registrar o nosso profundo sentimento quanto às agressões - que creio, agora, estão se tornando mais claras e públicas com a ênfase que a televisão, o jornal e o rádio têm dado - as agressões, sobretudo, às pessoas pobres. A violência é injustificável, Sr. Presidente.

Nesta semana, nós tivemos o caso da empregada doméstica, no Rio de Janeiro, que passando mal, tarde da noite, não tendo dinheiro para o táxi, foi ao ponto do ônibus e pretendia chegar até o hospital para ser consultada. De repente, um grupo de jovens de classe média-alta chegou com o carro, desceu aquela rapaziada toda, massacrrou, arrebourou a empregada doméstica e, depois, alegaram que fizeram isso pensando, imaginando que aquela doméstica - depois de um dia, quem sabe, de um trabalho árduo na casa da sua patroa - fosse uma prostituta.

O que se noticia, agora, é que até contra as prostitutas as agressões estão se tornando rotineiras, e não se justificam agressões contra prostitutas, contra gays, contra domésticas, contra quem quer que seja. O estranho é a postura do pai de um daqueles playboys dizendo: "Ah, mas meu filho é uma criança, está na universidade e não pode ficar preso junto com os presos da favela!" Ora, esse pai deveria ter sido o primeiro a colocar o seu filho à disposição da Justiça, como outros já fizeram. Se ele errou, se ele agrediu uma criatura humana como a empregada doméstica, ele tem que responder pelo seu ato.

Na Bahia, o coitado do aposentado estava na "bica" do caixa eletrônico para sacar o dinheiro, chega um truculento policial, quis cortar a fila, como o aposentado não concordou, ele agrediu o aposentado. O aposentado caiu, está em estado de coma, está em vida vegetativa, vai morrer. Foi tudo documentado pela câmera do caixa eletrônico.

Aqui no Paraná, tivemos o caso do cidadão que o Juiz não quis fazer a audiência trabalhista, simplesmente porque ele estava apenas usando um par de chinelos!

Então, Sr. Presidente, são agressões que estão se proliferando no Brasil. Lembro até do caso do índio em Brasília, que estava dormindo num banco, num ponto de

ônibus, e gente graúda, filho até de Ministro, da mais alta corte em Brasília, pararam, queimaram, mataram aquele índio.

É violência contra o índio, contra a doméstica, contra o aposentado. Queira Deus que a população brasileira e mundial tome um chá de responsabilidade! O que está faltando é Deus no coração, na vida dessas pessoas. Pessoas que são privilegiadas economicamente, nasceram em berço privilegiado e que entendem que elas podem sair por aí agredindo pessoas pobres! Até onde vamos continuar com essa onda de violência que ocorre inclusive aqui no nosso estado do Paraná?

Com muita honra, um aparte ao ilustre Deputado de Ponta Grossa, Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró (Democratas)

Nobre Deputado Belinati, escuto com atenção as suas colocações. E se nós analisarmos, está havendo uma inversão de valores na sociedade brasileira, porque a impunidade está solta. O que nós vemos são os meios de comunicação diariamente anunciando esses problemas que acontecem, com relação à violência, com relação à corrupção, não só no mundo político, no Senado, no Executivo, no Legislativo, no Judiciário, como também na iniciativa privada. Grandes empresas tendo a impunidade para os seus dirigentes, seus proprietários e isso está fazendo com que, Deputado Belinati, a sociedade, os jovens, a criança que está absorvendo tudo isso que a grande mídia vem mostrando, passe a ver que o Brasil não tem mais valores.

Vemos no caso dessa empregada doméstica, que foi agredida por esses jovens, como também na fila um aposentado sendo morto por um policial civil, quer dizer, virou uma verdadeira baderna o nosso país com relação à violência. E se não houver uma reforma urgente, para que essas pessoas que cometem crime, violência, seja, penalizados pela legislação e punidos, indo para a cadeia e ficando na cadeia - não da forma como é, hoje entra e amanhã sai - vamos ter, rapidamente, um grande caos no nosso país, porque a situação realmente está precária, a falta de investimentos, a falta de consciência, do conceito do brasileiro, vai fazer com que o nosso país, rapidamente, vá para o caminho errado.

Só para encerrar, uma barbaridade, o pai dizendo: "Puxa, o meu filho, um jovem, uma criança não pode ficar preso". Interessante, na universidade, com a carteira de habilitação, com o carro do ano, estudante de Direito. É uma barbaridade! Tem que ficar lá e cumprir a pena que a lei determinar! É desta forma que vamos buscar um novo caminho para o Brasil! Se ficar como está, do jeito que caminha, vai entrar num caos rapidamente. As pessoas de bem estão fugindo das pessoas do mal. E as pessoas do mal, sem conceito, sem valores, dia-a-dia crescem mais em nosso país.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Deputado Plauto, aquela desgraça que aconteceu no Rio, em que houve um assalto e que o guri que estava no carro foi arrastado quilômetros até perder a vida, o pai daquele bandido que provocou aquela desgraça, esse pai foi decente, um pai pobre, de um lar pobre, ele procurou a polícia e entregou o seu próprio filho para o filho ser punido. Esta foi a atitude de um pai pobre, indignado com a atitude de seu filho. Agora, o outro é privilegiado, quem sabe rico, vem com esta lorota que o filho é uma criança. Como que é criança se está na universidade e está estudando para ser advogado e quem sabe até um dia prestar concurso para ser Promotor ou Juiz de Direito, Deputado Plauto Miró?

Eu encerro, Deputado Augustinho Zucchi, pedindo que Deus toque o coração dessas pessoas. Que essas pessoas busquem mais a Deus, porque quem tem Deus no coração não sai por aí matando, não sai por aí espancando e não sai por aí desrespeitando, acima de tudo, as pessoas de baixo poder aquisitivo.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, é para fazer um comunicado a Casa que ontem, numa Sessão noturna, o Congresso Nacional derrubou em votação o sistema de listas. Graças a Deus houve uma luz na cabeça daqueles Deputados e que não foi implantado no Brasil uma verdadeira ditadura democrática, onde os caciques partidários iriam definir quem seriam os representantes do povo.

Então, prevalece a população paranaense, brasileira, que terá o direito de escolher seus representantes para as eleições de Vereadores, Deputados Estaduais, Federais, enfim, a todos os representantes dos Parlamentos neste país.

Liderança do PMDB: Deputado Artagão Júnior

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Artagão com a palavra.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos aqui presentes.

Ocupo a tribuna nesta manhã de quinta-feira para fazer um resumo e uma prestação de contas da nossa viagem feita no início desta semana para o Uruguai, onde lá participamos da primeira reunião efetiva do Parlamento do MERCOSUL. O Parlamento do MERCOSUL, que todos sabem que foi criado, institucionalizado no final do ano passado, no dia 14 de dezembro, com a participação do Presidente Lula e dos demais Presidentes dos países membros, em Brasília, onde lá também estivemos, e temos acompanhado a situação do MERCOSUL já há bastante tempo, fazendo parte da UPM, que é a União

dos Parlamentares do MERCOSUL, dos Parlamentares como nós, dos Deputados Estaduais, e ao longo da história da UPM, que já tem mais de 10 anos, temos buscado uma participação efetiva dos Deputados Estaduais nas ações do MERCOSUL. O nosso MERCOSUL, como muito bem sabe o Deputado Dobrandino, sendo representante de uma cidade de fronteira, que não vai bem, muito embora algumas relações comerciais, algumas integrações existam, temos hoje maior dificuldade e maior burocracia do que facilidade nas relações do MERCOSUL.

Quando da criação do Parlamento do MERCOSUL ficou definido que a participação dos países seria determinado pelo Congresso, pelo Senado, ou seja, no Brasil nós estaríamos representados por 9 Deputados Federais e 9 Senadores. A nossa entidade, UPM, e nós como Presidente do bloco brasileiro da UPM, tentamos desde então conquistar um espaço efetivo para os Deputados Estaduais no Parlamento do MERCOSUL, já que estaríamos representados por 18 Parlamentares, que esta divisão, ao invés de ser de 9 Deputados Federais e 9 Senadores, fosse de 6 Deputados Federais, 6 Senadores e 6 Deputados Estaduais, para que pudéssemos ter a nossa participação efetiva no Parlamento do MERCOSUL, até porque somos o pára-choque, somos a ponteira, nós que estamos mais constantemente em contato com a população, enraizados nos problemas das nossas fronteiras, sabemos muito bem a realidade dos estados, das cidades que têm as fronteiras com os países do MERCOSUL.

Pois bem, nesta reunião de segunda e terça-feira estava sendo discutido o Regimento do Parlamento do MERCOSUL, e uma vez que não conseguimos sucesso na nossa empreitada de participação efetiva dos Deputados Estaduais no Parlamento do MERCOSUL, buscamos através da nossa entidade e também da UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais, e conquistamos um espaço através de uma comissão definitiva instalada e formalizada no Regimento Interno do Parlamento. Esta é uma empreitada importante para que nós, Deputados Estaduais, para que a nossa entidade, a União dos Parlamentos do MERCOSUL, através do nosso bloco brasileiro, possamos ter uma participação efetiva, possamos ter uma comunicação constante, permanente e sintonizada com o Parlamento. Agora, esta é uma síntese da história da UPM e da criação do Parlamento.

Agora, quero colocar de forma objetiva e prática, que me preocupou muito o futuro do MERCOSUL. A reunião foi um fiasco! Para começar, a delegação do Paraguai não esteve presente e não estando presente uma das delegações, não existe deliberação no Parlamento, não existe votação em plenário. Lá estava a delegação do Brasil com Senadores, com Deputados Federais, como por exemplo, o Deputado Max Rosenmann, o Deputado Rosinha, lá estava o Senador Cristóvão Buarque, lá estava o Pedro Simon, o Mercadante, lá estavam políticos de peso do nosso Brasil. Lá estava a delegação da Argentina com os seus representantes, os representantes do

Uruguai, da Venezuela e lá estavam a maioria dos representantes de todos os países, mas em função de estar acontecendo a eleição na Mesa do Congresso do Paraguai, a delegação não foi. Por isso, simplesmente não houve deliberação.

Que importância se dá, hoje, ao Parlamento do MERCOSUL que deve ser a instituição que vai regulamentar as ações do Mercado Comum dos países membros do nosso Mercado Comum da América do Sul?

Que importância se dá ao ponto de, pela ausência de membros da delegação paraguaia, não termos a deliberação? O nosso Parlamento está fadado, se neste caminho continuarmos, ao fracasso.

Temos hoje ouvido, visto e lido, muitas coisas do Parlamento europeu. O Parlamento europeu que se consolidou pela sua credibilidade, pelas ações desenvolvidas, pela interação econômica, social, cultural, financeira que provocou e proporcionou aos países europeus, e por que não damos espaço, vez e importância ao Parlamento do MERCOSUL, que poderia proporcionar à nossa América do Sul, uma credibilidade necessária, importante e essencial para o desenvolvimento, para a integração dos nossos países, ao ponto de estar discutindo naquela reunião um problema econômico pessoal e pontual de importação e exportação de bananas entre o Paraguai e a Argentina? Isso é assunto para ser discutido no Parlamento?

A nossa preocupação é muito grande, o Parlamento do MERCOSUL, recém-criado, não vai bem. Acredito que a nossa mobilização, a mobilização dos Deputados Federais, dos Senadores do nosso país, mas acima de tudo a conscientização da importância desse órgão regulador é essencial para integração definitiva e para a prosperação do MERCOSUL. Se assim não for, da forma como hoje está, com as regulamentações que hoje existem, certamente não teremos um MERCOSUL efetivo, não teremos uma inter-relação comercial, social e cultural como necessitamos.

Alguns cientistas políticos, alguns especialistas, alguns jornalistas já fazem matérias no sentido de que não vale a pena ter o MERCOSUL, em função - e eu tenho que concordar - daquilo que se fez até agora, das regras que se têm até agora e das conquistas que obtivemos, até mesmo no sentido das importâncias dadas pelos Presidentes ao MERCOSUL, tanto o nosso Presidente Lula, quanto os demais Presidentes dos outros partidos membros.

Hoje o Brasil, em função do MERCOSUL, a política que ele conquistar com qualquer outro país do mundo, será a política aberta para a política do MERCOSUL. Isso face às regras hoje apresentadas, face à situação hoje do Mercado Comum da América do Sul, faz com que seja um peso e não uma facilidade para qualquer um dos países. Certamente o MERCOSUL não pode ser um peso, tem que ser uma ponte, tem que ser um facilitador, tem que ser um atalho para os caminhos e não uma dificuldade a mais, não um empecilho a mais.

Sr. Presidente, é o resumo da nossa participação representando esta Assembléia representando o bloco brasileiro da UPM na reunião que tivemos no Parlamento do MERCOSUL. Nos preocupa muito, o Parlamento do MERCOSUL vai mal. Está recém-criado, está recém-surgingo, mas não vai pelo caminho da prosperidade, não vai pelo caminho da integração, não vai pelo caminho do desenvolvimento que é o caminho que precisamos para os nossos países.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Liderança da Oposição, Liderança do Governo.
(Declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Esta encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à Ordem do Dia com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 185/07, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a criação do Programa para Reabilitação de Jovens. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando para compor como membros titulares da Comissão Especial de Investigação sobre os investimentos do Governo em publicidade e propaganda nos exercícios de 2005 e 2006 aos Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Dobrandino da Silva. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró, na qualidade de Líder dos Democratas, constante do expediente, indicando o membro da Bancada dos Democratas, que irá compor a Comissão Especial de Investigação do Pedágio, como titular o Sr. Deputado Plauto Miró e na suplência o Sr. Deputado Durval Amaral. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró, na qualidade de Líder dos Democratas, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Plauto Miró, como titular e o Sr. Deputado Durval Amaral, como suplente, que irão compor a Comissão Especial de Investigação, para averiguar os gastos com publicidade e propaganda no estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1887, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.**

Os Deputados favoráveis permaneçam como estão.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas) (**Pela Ordem**)
Qual é o motivo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Aprovado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)
Antes de V. Exa. dizer aprovado, o Deputado Plauto pediu qual o motivo. Então, gostaríamos de saber antes de aprovar. Que prevaleça a preferência do Deputado Plauto, que levantou a questão: qual o motivo? V. Exa. não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Para te falar bem a verdade, o motivo eu também não sei. Estou substituindo o Presidente Nelson Justus e está colocado uma Sessão Extraordinária

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)
Está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Foi-me passado pelo Presidente, tendo em vista a necessidade premente da votação da mensagem sobre a aplicação do regime especial unificado da arrecadação de tributos de contribuição devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte. Há necessidade de termos a aprovação desse projeto.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)
Estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Pela ordem, Deputado Antonio Belinati.
Não votei ainda o requerimento.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente, no sentido de encaminhar a V. Exa. um requerimento pedindo votação nominal a partir do Projeto nº 395/07.

O Deputado, Sr. Presidente, se sair daqui de Curitiba logo depois do almoço, ainda hoje ele está na cidade mais distante do Paraná, para atender a base dele.

Quero até dar os parabéns aos colegas que justificam aqui que não vêm à Sessão porque na base trabalham para caramba!

O que se fala é de um certo descontentamento, ou um descontentamento da opinião pública com relação aos Deputados. Ainda ontem, saiu que um Deputado está custando mais de R\$ 10 milhões aos cofres públicos no nosso país e, de repente, numa quinta-feira, volto a repetir, se o Deputado sair daqui meio-dia, se ele for de carro, ainda hoje ele vai estar, pode ser a cidade mais distante do Paraná, que ele vai estar em contato com a sua base, porque tem quinta-feira à tarde, à noite, sexta-feira, sábado, domingo, feriado. Não justifica o Parlamentar matar o serviço aqui na quinta-feira. Daí todos nós levamos um pau da imprensa e temos que sair das nossas bases. Quem faltou foi o colega, eu não faltei.

Então para que fique claro quem é que não vem trabalhar, em pleno dia bonito como esta quinta-feira, estamos pedindo a chamada nominal, mas com o propósito de ficar marcado quem comparece e quem não comparece ao trabalho.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMENALLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, tive a felicidade de, pela segunda vez, ser Deputado com o Antonio Belinati. A primeira, ele saiu daqui para ser Prefeito de Londrina. No ano que vem é candidato de novo. Espero que o povo londrinense possa escolher da forma que entender melhor.

Mas, eu queria pedir a V. Exa. que não apresentasse esse requerimento. Entendo sua incompreensão, ela é justa, está correto do ponto de vista ético. Mas, queria fazer um apelo a V. Exa, porque temos que fazer uma Sessão Extraordinária ainda hoje, justamente para, na redação final, se aperfeiçoar o projeto da microempresa. Então, para nós é importante votarmos hoje, para que vá ao Palácio, para o Governador poder sancionar e esta lei garantir os avanços que já obtivemos e esta Casa tem tido esta compreensão. Tem sido fundamental a questão da política tributária.

Então, queria fazer este apelo a V. Exa. O registro que V. Exa. faz é justo. Penso que quando tivermos aquele famoso painel eletrônico, esta questão vai estar resolvida, porque aí, de fato, teremos absoluta transparência na presença e no processo de votação.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Mas, V. Exa. sabe que não é justo Deputado faltar em dia de trabalho.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Às vezes temos companheiros que, por conta de outros compromissos, em relação a atendimento às suas ...

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Não é compromisso, não. Tem quinta, sexta, sábado. Daqui a pouco tem 15 dias de recesso parlamentar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Não, mas estão trabalhando, nossos Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consulto se V. Exa. atende o Deputado Romanelli?

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

O chorão do Romanelli, todo jeitoso! Para não dizer que queremos prejudicar, comoveu! Nesta quinta-feira, excepcionalmente, vamos deixar de pedir a chamada nominal, e fazer um apelo aos colegas: que venham trabalhar.

Meu Deus do céu! Que deixem para atender as bases na sexta, sábado e domingo! Dá tempo! E tem mais o período de recesso!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está registrado, com justiça, a posição de V. Exa.

Primeiramente, vamos votar o requerimento da Sessão Extraordinária, que não votamos por solicitação do Deputado Plauto, para que esclarecessemos qual o motivo da Sessão Extraordinária.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)

A Assembléia Legislativa aprovou no dia 18 de abril, e por coincidência V. Exa., mais uma vez, está na presidência hoje, um requerimento pedindo informações à Secretaria da Saúde, em relação ao Hospital Adauto Botelho. Ele foi aprovado em 25 de abril. Hoje, estamos no dia 28 de junho, já se passaram mais de 60 dias e nós ainda não recebemos a resposta desse pedido de informações. Solicito encarecidamente que a Mesa tome as medidas cabíveis ao caso. Eu precisaria ter esse documento hoje, uma vez que na parte da tarde tenho uma reunião com alguns hospitais psiquiátricos do Estado do Paraná. É de suma importância que tenhamos essa planilha de custos do hospital aqui de Curitiba, Colônia Adauto Botelho.

Peço a V. Exa. que solicite também, se já está esta resposta na Assembléia, que faça chegar às nossas mãos. Caso não tenha, ainda, chegado à Assembléia, que a Mesa tome as providências ao caso.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Procede a questão da ordem de V. Exa. Terça-feira, Deputado Elio Rusch, na reunião da Mesa Executiva, vamos tratar dessa questão das respostas que ainda não estão de posse da Assembléia, porque a partir do momento que se aprova em Plenário, passa a ser uma questão da instituição e passa a não ser mais do Parlamentar que fez o requerimento.

Então, terça-feira vamos tratar desse assunto. Espero que não só esse seu requerimento, mas outros que estejam pendentes sejam imediatamente resolvidos.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) **(Pela Ordem)**

Não quero nem solicitar enquadramento do Governo no Decreto nº 201, que regulamenta os crimes de responsabilidade do Executivo. E está claro, este Decreto 201, que enquadra o Executivo que não responde aos pedidos de informações, até com a perda do seu mandato.

Nós não queremos isto, não.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Queria fazer uma consulta à V. Exa. Segunda-feira teremos a prestação de contas às 9 horas da manhã. O Secretário da Fazenda estará aqui, não sabemos quem é o Secretário, se é o Dr. Heron ou o Dr. Bueno, mas é um dos dois. Oficialmente não sabemos quem é. Mas, queria pedir a V. Exa., que providências a Mesa desta Casa vai tomar, em função do noticiado e apresentado pelo Deputado Reni Pereira, ontem, de que o Governo do Estado fez uma prestação de contas que não é verdadeira. E diante desta Casa, V. Exa. acaba de falar em responsabilidade do fato de não ter chegado resposta ao documento, queria consultar a Mesa Executiva desta Casa que providências vai tomar a Mesa em relação a uma prestação de contas não verídica feita pelo Governo, indo contra os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que foi dito e colocado publicamente pelo Deputado Reni Pereira que houve após aquela explanação pública, que está nos Anais da Casa, foi feita uma nova publicação, fora disso.

Queria perguntar a V. Exa. qual a providência que a Mesa tomará, porque senão segunda-feira chegaremos aqui e vamos estar desmoralizados, a ponto de não poder perguntar nada, porque não sabemos se é verdade ou é mentira o que vamos ouvir, porque na Sessão anterior foi mostrado um relatório a esta Casa e aquele relatório não é o que foi publicado posteriormente.

Então, se cometeu um crime - vou usar esta palavra - um crime contra esta Casa, porque aquilo que foi mostrado, aqui, e apresentado aos Srs. Deputados não é aquilo que representa a prestação de contas do estado do Paraná. E aquilo, se não me falha a memória, é uma audiência pública e esta Casa precisa ser respeitada, senão, daqui a pouco não adianta mais vir aqui.

Sei que vai consultar o Presidente, mas que providências esta Casa vai tomar porque segunda-feira teremos a repetição do problema de acreditar naquilo que o Governo está mostrando, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Como foi feito este pronunciamento, ontem, pelo Deputado Reni, o Deputado Nelson Justus está verificando junto à assessoria da Casa, qual a providência que a Casa deve tomar com relação a essa situação.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 346/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Governo do Estado doar imóvel à Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste para funcionamento de organizações da agricultura familiar, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 436/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar imóvel de sua propriedade, à Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste, para funcionamento de organizações populares, de assistência social, sem fins lucrativos, com objetivo de gerar emprego, renda, qualidade de vida, desenvolvimento humano, social, de forma sustentável, com as seguintes especificações:

Parágrafo Único. Trata-se de imóvel denominado Lote de Terreno Urbano nº 4 (quatro) com 1.041,20 m2 (um mil e quarenta e um metros quadrados), e o Lote Urbano nº 5 (cinco) com 1.047,00 m2 (um mil e quarenta e sete metros quadrados), ambos da Quadra nº 38 (trinta e oito), da Planta Geral da Cidade de Itapejara d'Oeste matriculado sob o nº 889 e sob o nº 891 respectivamente. Registrados do Cartório de Registro de Imóveis, 1º Ofício da Comarca de Pato Branco - estado do Paraná. O referido imóvel possui um prédio de alvenaria, destinado a agência do Banco Itaú.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado, exclusivamente, para acomodar as instalações e funcionamento das organizações municipais que atendam as especificações do parágrafo único do artigo anterior, com sede no município de Itapejara d'Oeste, revertendo a posse ao estado do Paraná, caso o fim não seja esse.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.06.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RIBAS CARLI FILHO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 395/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual a Associação Filantrópica Verde com sede e foro na cidade de Sapopema. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 395/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Filantrópica Verde, com sede no município de Sapopema e foro no município de Curiúva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.06.07.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RIBAS CARLI FILHO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 413/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação de Empreiteiros Florestais de Pinhão, com sede e foro no município de Pinhão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 413/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Empreiteiros Florestais de Pinhão, com sede e foro no município de Pinhão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.06.07.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RIBAS CARLI FILHO - Relator

3ª Discussão**ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento do Santo Antonio - ACODESA, no município de Cambira, comarca de Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/07, que dispõe sobre a aplicação do regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pela microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. COM EMENDAS DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

2ª Discussão**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional João de Barro, com sede e foro no município de Ivaiporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a isentar do ICMS os consumidores de energia elétrica que utilizam aparelhos de sobrevivência. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação de Deficientes Físicos com Necessidades Especiais e Amigos dos Excepcionais - ADEFINE, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Sociedade Agrícola Cultural Guajuvira de Cima - SACGC, com sede e foro no município de Araucária. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Tarca Nativista, com sede e foro no município de Pato Branco. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Aprovado. (Publ. no DA nº 052/07, de 22/05/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 381/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Tarca Nativista, com sede e foro no município de Pato Branco.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 2º ao dispor “revogadas as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.* Desta forma, sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 381/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública o Movimento Ecológico da Lapa - MEL, com sede e foro no município da Lapa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 064/07, de 13/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 437/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, declara de utilidade pública o Movimento Ecológico da Lapa - MEL, com sede e foro no município da Lapa.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 172 e 406/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 381 e 437/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 359 e 445/07.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 02 de julho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 152, 172, 291, 316, 380 e 405/07; e do Projeto de Resolução nº 012/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 312, 359, 396, 422, 427 e 445/07.

Lembramos aos Srs. Deputados que na seqüência teremos Sessão Extraordinária e, portanto, solicito que permaneçam em Plenário.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para registrar que, como é de conhecimento dos Deputados desta Casa, tivemos em Maringá um processo que culminou com a exoneração de 22 servidores daquela cidade, após uma greve longa. Esses servidores entraram com recurso na Justiça, conseguiram ser reconduzidos, a Prefeitura de Maringá recorreu e esse processo está hoje aqui no Tribunal de Justiça. Devemos procurar à tarde o Desembargador Vidal Coelho, até para podermos conhecer melhor o processo e posteriormente daremos conhecimento a esta Casa.

Estou fazendo esse registro porque esta Casa foi solidária durante aquele processo, inclusive a Deputada Cida Borghetti intermediou as negociações com os servidores em greve e esperamos que possamos ter, na segunda-feira, um resultado favorável.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Levanta-se a Sessão.



S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 074

5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	15
Presenças.....	15
Abertura da Sessão	15
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
Redação Final	16

2ª Discussão	17
--------------------	----

1ª Discussão	18
--------------------	----

Encerramento da Sessão	19
-------------------------------------	-----------

Publicações

Diretoria Geral

Portarias.....	19
----------------	----

Atas de Comissões

Direitos Humanos e Cidadania..	21
--------------------------------	----

Redação	22
---------------	----

DIÁRIO Nº 074

5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2007

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dez horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Elio Rusch, Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (26).

Ausentes os Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo

Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Reni Pereira, Rui Hara e Valdir Rossoni (27).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado na Sessão Ordinária, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há expediente a ser lido e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 172/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento do Santo Antônio - ACODESA, no município de Cambira, comarca de Apucarana. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 172/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento do Santo Antônio - ACODESA, com sede no município de Cambira e foro no município de Apucarana.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.06.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 406/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/07, que dispõe sobre a aplicação do regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 406/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, referente à apuração e recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inclusive obrigações acessórias, mediante regime único de arrecadação, obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Parágrafo Único. A implementação das normas regulamentares estabelecidas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de que trata o inciso I do artigo 2º da Lei Complementar nº 123/06, quando necessária, será realizada por ato do Poder Executivo.

Art. 2º Ficam isentas do pagamento do ICMS as microempresas e empresas de pequeno porte estabeleci-

das neste estado e enquadradas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cuja receita bruta acumulada nos 12 meses anteriores ao do período de apuração não ultrapasse R\$ 360.000,00 (parágrafo 20 do artigo 18 da Lei Complementar nº 123/06).

Art. 3º O valor do ICMS devido mensalmente pelas microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas neste estado e enquadradas no Simples Nacional, considerando a receita bruta acumulada nos 12 meses anteriores ao do período de apuração, será determinado de acordo com a tabela a seguir (parágrafo 20 do artigo 18 da Lei Complementar nº 123/06):

RECEITA BRUTA EM R\$	PERCENTUAL DE ICMS/PR
até 120.000,00	isento
de 120.000,01 a 240.000,00	isento
de 240.000,01 a 360.000,00	isento
de 360.000,01 a 480.000,00	0,67%
de 480.000,01 a 600.000,00	1,07%
de 600.000,01 a 720.000,00	1,33%
de 720.000,01 a 840.000,00	1,52%
de 840.000,01 a 960.000,00	1,83%
de 960.000,01 a 1.080.000,00	2,07%
de 1.080.000,01 a 1.200.000,00	2,27%
de 1.200.000,01 a 1.320.000,00	2,42%
de 1.320.000,01 a 1.440.000,00	2,56%
de 1.440.000,01 a 1.560.000,00	2,67%
de 1.560.000,01 a 1.680.000,00	2,76%
de 1.680.000,01 a 1.800.000,00	2,84%
de 1.800.000,01 a 1.920.000,00	2,92%
de 1.920.000,01 a 2.040.000,00	3,06%
de 2.040.000,01 a 2.160.000,00	3,19%
de 2.160.000,01 a 2.280.000,00	3,30%
de 2.280.000,01 a 2.400.000,00	3,40%

Parágrafo Único. Os percentuais utilizados para determinação do valor do ICMS devido mensalmente pelas microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas neste estado e enquadradas no Simples Nacional, mencionados no *caput* deste artigo, serão aplicados

em substituição aos constantes nas tabelas dos Anexos I e II da Lei Complementar n° 123/06.

Art. 4° Na impossibilidade de aplicação dos percentuais relativamente ao ICMS estabelecidos nos artigos 2° e 3° desta lei, determinada pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, prevalecerão aqueles previstos nas tabelas dos Anexos I e II da Lei Complementar n° 123/06.

Art. 5° Independentemente das obrigações relativas ao Regime Simples Nacional, o recolhimento do ICMS devido, na qualidade de contribuinte ou responsável, deverá ser efetuado pelo estabelecimento de microempresa ou empresa de pequeno porte, nas seguintes hipóteses (inciso XIII do parágrafo 1° do artigo 13 da Lei Complementar n° 123/06):

I - nas operações ou prestações sujeitas ao regime da substituição tributária;

II - por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, por força da legislação;

III - na entrada de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, bem como da energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou industrialização;

IV - por ocasião do desembaraço aduaneiro;

V - nas arrematações em leilões;

VI - na aquisição ou manutenção em estoque de mercadoria desacoberta de documentação fiscal;

VII - na operação ou prestação desacoberta de documentação fiscal;

VIII - nas operações com mercadorias sujeitas ao regime de antecipação de recolhimento do imposto;

IX - em relação ao diferencial de alíquotas.

Parágrafo Único. O Poder Executivo regulamentará a forma como será realizado o recolhimento do imposto nas situações previstas neste artigo.

Art. 6° Será concedido, para ingresso no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n° 123/06, parcelamento, em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos do ICMS correspondentes a fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 2007, na forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

§ 1° O pedido de parcelamento deverá ser formalizado durante o período compreendido entre 2 de julho de 2007 a 31 de julho de 2007.

§ 2° O deferimento do pedido de parcelamento ficará condicionado ao pagamento da primeira parcela e ao enquadramento no Simples Nacional.

§ 3° O valor de cada parcela não poderá ser inferior a cem reais.

§ 4° O pedido de adesão ao parcelamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão do crédito tributário.

§ 5° Acarretará rescisão do parcelamento, a falta de pagamento de:

a) 3 parcelas sucessivas ou não;

b) valor correspondente a 3 parcelas;

c) quaisquer das duas últimas parcelas, após 60 dias de inadimplência.

Art. 7° O Poder Executivo poderá requerer junto ao Comitê Gestor do Simples Nacional a adoção de sistema simplificado de arrecadação do Simples Nacional, conforme estabelecido no parágrafo 2° do artigo 21 da Lei Complementar n° 123/06.

Art. 8° As microempresas e empresas de pequeno porte que cometerem infrações vinculadas aos recolhimentos de que trata o artigo 5° ficam sujeitas às penalidades previstas no artigo 55 da Lei n° 11580, de 14 de novembro de 1996.

Art. 9° A opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, de que trata esta lei, implica renúncia a créditos ou saldo credor de ICMS que o contribuinte mantenha em conta-gráfica.

Art. 10. A presente lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo no prazo de 90 dias contados da data de sua publicação.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor em 1° de julho de 2007.

Sala das Comissões, em 29.06.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 381/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Tarca Nativista, com sede e foro no município de Pato Branco. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 437/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública o Movimento Ecológico da Lapa - MEL, com sede e foro no município de Lapa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/07, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins e Reni Pereira, que altera os critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS, na forma que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. (Publ. no DA nº 049/07, de 16/05/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 359/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins e Reni Pereira, tem por objetivo a criação de um novo critério para fixação dos índices de participação dos municípios relativos aos ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, com vistas a incorporar ao percentual de receita destinada aos municípios as operações que envolvam produção agrícola de cana-de-açúcar e/ou produção de álcool hidratado ou anidro, assim como a produção agrícola das oleaginosas soja, pinhão manso, amendoim, milho, girassol e canola, destinadas exclusivamente à produção do biodiesel e/ou o processamento industrial deste combustível, no território do município em relação a produção do estado.

Fundamentação

Da análise da competência para legislar acerca da matéria que ora se analisa resta evidente a legitimidade do presente projeto de lei.

A Constituição Federal determina que:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro penitenciário econômico e urbanístico (grifo nosso).

Assim, uma vez que a repartição de receitas advindas do ICMS é matéria eminentemente de direito tributário, conclui-se pela competência dos estados para legislar sobre o tema que ora se analisa.

Ainda, acerca da repartição de receitas provenientes do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, estabelece a Constituição Federal que:

Art. 158. Pertencem aos municípios:

(...)

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo Único. As parcelas de receita pertencentes aos municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mer-

cadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual, ou no caso dos territórios, lei federal.

Dentro desse paradigma, foi editada a Lei nº 9491 de 21 de dezembro de 1990, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS, observando os limites constitucionais acima indicados.

Destarte, tendo em vista a existência de lei anterior que regulamenta o tema, ressalta-se a seguinte previsão constitucional:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Desse modo, o processo de alteração legislativa deve respeitar o mesmo instrumento criador da norma, ou seja, lei pode ser alterada somente mediante nova proposta de lei, respeitando-se a mesma hierarquia e o quórum utilizado para sua criação.

Nesse sentido, há autorização constitucional para que os estados instituam novos critérios para a definição da repartição de receitas provenientes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, bens e Serviços (ICMS) entre os municípios - assim como o legislador já fez, pela Lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990, e que nessa ocasião pretende alterá-la.

Finalmente, no que tange à técnica legislativa empregada, verifica-se que foram observadas todas as disposições relativas à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Ante a conformidade do projeto de lei em exame com os ditames legais e constitucionais, opinamos pela aprovação e regular tramitação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 359/07

Relatório

O Projeto de Lei nº 359/07, de iniciativa dos Deputados Luiz Carlos Martins e Reni Pereira, pretende alterar o critério para a fixação dos índices de participação dos municípios no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, criando um 7º critério a ser considerado no rateio do referido tributo por parte dos municípios. A finalidade é introduzir o critério da produção agrícola da cana-de-açúcar e/ou produção de álcool hidratado ou anidro, bem como a produção agrícola das oleaginosas soja, pinhão manso, amendoim, milho, girassol e canola, destinadas exclusivamente à produção do biodiesel e/ou o processamento industrial deste combus-

tível, no território do município em relação à produção do estado, dando-lhe um peso de 3% (três por cento), que propõe ser subtraído de 2 outros critérios atualmente existentes. O resultado da introdução deste novo critério a ser observado importará segundo a proposição, na redução de 8% (oito por cento) para 6% (seis por cento) o peso da produção agropecuária em geral no território do município em relação à produção do estado, conforme atualmente fixado no inciso II da lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990; bem como a redução de 6% (seis por cento) para 5% (cinco por cento) o peso do critério de números de habitantes da zona rural do município em relação à população rural do estado, conforme consta do inciso III, da mesma lei.

A proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, vindo a esta Comissão de Finanças para o parecer quanto à análise de sua competência.

É o relatório.

Voto do Relator

A esta Comissão de Finanças compete pronunciar-se sobre as proposições legislativas em tramitação nesta Casa de Leis primeiramente quanto aos aspectos de sua compatibilização ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, conforme estabelece o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Casa.

Não se tratando de aumento de despesas, não há qualquer repercussão no orçamento anual do estado, nem quanto ao cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias ou do Plano Plurianual e sequer há aspectos quanto à observância do dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em face destas considerações, voto pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 359/07.

Uma segunda análise a ser feita por esta comissão é quanto ao seu mérito, e neste aspecto também não nos parece nenhuma incompatibilidade entre as medidas propostas no projeto e os princípios que norteiam a administração pública, previstos na Constituição vigente.

A formulação dos critérios de distribuição das parcelas do rateio do ICMS para os municípios deve levar em conta vetores para essa distribuição, dentre eles a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Por isso, a inserção deste novo elemento tendente a beneficiar os municípios que utilizam mão-de-obra volante na participação dos municípios no produto do ICMS, fundados em dados da situação econômica e social como devidamente instruído na presente proposição, encontramos razão à referida alteração.

No entanto, preocupa a este Relator uma alteração proposta, qual seja a redução, ainda que de apenas 1% (um por cento) do critério de cálculo dessa participação, quanto à população rural, o que poderá importar em incentivo ao êxodo rural.

Para não sobrestar o devido andamento desta proposição, somos pela regular tramitação, reservando o direito de, oportunamente, em Plenária, apresentar emendas, se assim entender-se necessário.

Tudo isso posto, concluímos nosso voto no sentido da regular tramitação do projeto e pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.06.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

Em votação.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Embora superado aí o problema que o Deputado Romanelli solicitou, acho que agora no Item 05 poderíamos fazer a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Vinte e cinco Srs. Deputados presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há quórum para votação. Portanto, solicito à assessoria da Mesa que inclua o Item nº 05 e o Item nº 06 para que sejam votados na Ordem do Dia de segunda-feira.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 108/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5676, datado de 06 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar ao acervo público, de CLEIDE SOUZA DE OLIVEIRA, matrícula nº 40679, funcionária

desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo NTB-02, lotada na Coordenadoria de Divulgação, 06 meses relativo ao dobro da licença especial que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/92 e 22/12/97, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98 e nos termos do artigo 247 da Lei 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 109/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5834, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, na ficha funcional de SILSSO ANTONIO CORSO, matrícula nº 40174, portador do RG nº 3.044.486-8 e do CPF nº 314.360.131-00, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotado na Diretoria Legislativa, exercendo o cargo de técnico em Contabilidade, nível NTC-03, os tempos constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços a Vendolino Henrique & Cia. Ltda., por oito (08) meses e vinte e um (21) dias, período de 11/04/77 a 31/12/77; Dambros Madeireira Agrícola Ltda., por um (01) ano e vinte e seis (26) dias, de 12/01/78 a 07/02/79; Fundação Ouro Verde Ltda., por um (01) mês e vinte e sete (27) dias de 02/05/81 a 28/06/81; Banco Bamerindus do Brasil S/A., por três (03) meses e vinte e nove (29) dias, de 28/07/82 a 26/11/82; Playcenter Comércio e Equipamentos Ltda., por três (03) meses e treze (13) dias, de 24/08/83 a 06/12/83, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal; e, contados para todos os efeitos legais, de acordo com o artigo 129, inciso I, da Lei nº 6174/70, em que prestou serviços à Secretaria de Estado da Justiça do Paraná, por dois (02) meses e oito (08) dias, período de 25/01/84 a 02/04/84.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 110/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4539, datado de 10 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, em favor de ELAINE SCHREINER DE OLIVEIRA, matrícula nº 40313, funcionária desta

Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar de Cerimonial, nível NTC-03, seis (06) meses referente ao dobro de uma licença especial, que deixou de usufruir e por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/92 e 22/12/97, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98 e parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 111/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5326, datado de 30 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar a Portaria nº 067, publicada no Diário da Assembléia Legislativa do dia 10/08/05, que passará a ter a seguinte redação:

Mandar averbar, na ficha funcional de ELIETE DE PAULA XAVIER ZIESEMER, matrícula nº 40447, funcionária deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-02, os períodos de tempo constantes na Certidão do INSS, conforme segue:

I - para todos os efeitos legais, de acordo com o artigo 129 da Lei nº 6174/70, combinado com o artigo 35, parágrafo 9º da Constituição Estadual, 03 anos, 06 meses e 08 dias, período compreendido entre 23/02/81 a 30/08/84, em que trabalhou na Secretaria de Estado das Finanças;

II - para efeito de aposentadoria, de acordo com o parágrafo 9º do artigo 40, da Constituição Federal, 01 ano, 06 meses e 21 dias, período compreendido entre 10/06/86 a 30/12/87, em que trabalhou como autônoma, e,

III - retificar a ficha funcional para excluir o registro da Portaria nº 067.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 112/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5875, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, SEBASTIÃO GONÇALVES

DE DEUS, matrícula nº 40645, de cento e vinte (120) dias, a partir de 11 de março de 2007, CID. X I.10.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 113/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6138, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ROSELI TEREZINHA T. AIOLFI, matrícula nº 40887, de cento e cinquenta (150) dias, a partir de 21 de maio de 2007, CID. X.32.3. F.43.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 114/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5823, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, VERA LUCIA DOS SANTOS DE LIMA, matrícula nº 40019, de trinta (30) dias, a partir de 21 de maio de 2007, CID. X. F.32. 3 e G 43.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 115/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5815, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, TEREZINHA M. ACCYOLI PINTO, matrícula nº 226, de cento e vinte (120) dias, a partir de 06 de junho de 2007, C.I.D. G. 12.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 116/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6262, datado de 25 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, JULIANA CHIOQUETTA DA ROSA, matrícula nº 6442, de quinze (15) dias, a partir de 31 de maio de 2007, C.I.D. J. 34.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 117/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6120, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, JOSEMERI DEMETERCO PEREIRA, matrícula nº 40615, de quatorze (14) dias, a partir de 04 de junho de 2007, C.I.D. M 45.5.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 118/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5876, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, CARLOS ARTHUR BONATO, matrícula nº 40306, de trinta (30) dias, a partir de 08 de junho de 2007, C.I.D. X H 35-9.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Atas de Comissões

Direitos Humanos e Cidadania

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil

e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Tadeu Veneri e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos passando para Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 396/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs

059/07 e 083/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho, apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nº 207/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

